

# Planejamento de Colonização em Mato-Grosso

JOÃO CASTELO BRANCO

**A** ECONOMIA etnográfica de Mato-Grosso restringe-se ao pastoreio, embora com premissões à evolução, em suas diferentes etapas ditas de cultura.

Não fôsse o receio de atropelar conceitos que poderiam parecer detrimntosos às vantagens do zebu, tão do gôsto nacional, poderíamos avançar com afirmativa de que, pelo menos nas terras do sul do Estado, onde a alfafa oferece quase uma colheita mensal, a criação de raças finas só depende da técnica do criador e o conceito de economia acima expndido teria dilatado seu sentido estreito de previsão de um só e inferior produto alimentar. Mas, como temos de encarar uma etnografia de caráter científico-natural, envolvendo a vida econômica mato-grossense, não poderemos ancorar na consideração isolada de um único processo de produção.

Necessitamos sopesar as energias eficazes que hão de configurar, transformar e desenvolver a cultura de um povo como o que se amalgamou em Mato-Grosso, onde não se nos deparou uma só região em que a vida econômica não fôsse possível e onde o homem, embora condenado ao isolamento, não tenha reagido às influências do meio, ainda que alheio aos próprios processos da natureza, isso à míngua de conhecimentos que lhe permitissem entendê-los para dominá-los.

Certo, não é mais admissível a teoria de que o homem sofra passivamente a influência do meio físico e que êste estreito determinismo lhe imponha irresistivelmente uma prefixada atividade econômica. O que se verifica é que o homem, mais do que qualquer outro ser vivo, reage sôbre o meio com uma fôrça e uma eficácia que encontram, como pretende um professor de economia política, nos resultados progressivamente atingidos, um crescimento sempre maior do potencial, mensurado êste pelo nível das civilizações.

Assim ocorre, pelo menos no que diz respeito ao ponto de vista econômico.

Vivendo em ambiente de uma amplitude tal que pode ocupar com exclusividade uma área de três quilômetros quadrados, o homem mato-grossense sofre as conseqüências da fragilidade das relações recíprocas que deveriam existir entre um seguro regime econômico e a vida social, assim como acontece na produção, na organização do trabalho e na distribuição dos produtos.

A necessidade, pois, de povoar-se 1.300.000 km<sup>2</sup> de Mato-Grosso, poderia dispensar quaisquer justificativas.

Levasseur, cotejando o número de habitantes com o aperfeiçoamento econômico dos povos, estruturou em cinco grandes grupos a evolução histórica do fenômeno da população.

Denominou de "barbarie" o período em que os homens dependiam exclusivamente dos frutos da natureza, mas aduziu desde logo que sua estimativa populacional não deveria ser inferior a 2 ou 3 habitantes por quilômetro quadrado. No período "pastoril", nascem as primeiras formas rudimentares de agricultura, onde, se nos permitissem, enquadraríamos Mato-Grosso, cuja população nem sequer se ajusta à exigida para o período anterior. De qualquer sorte, o grande Estado central necessita evoluir para o grupo da civilização agrária, o que só ocorre quando cresce rapidamente o número de habitantes em cada região geográfica considerada.

Mais interessante do que a classificação de Levasseur é a de Ernesto Wagemann que mede o grau de progresso dos povos contemporâneos pelo de intensidade de suas atividades econômicas.

Desprezando mesmo as diferenças determinadas pelo grau de evolução econômica, na maior ou menor densidade que se agrupa dentro de uma área geográfica, é de suma importância para a economia dos Estados que sua distribuição se processe sob a influência recíproca entre as cifras de densidade e o grau em que êsses povoadores se encontrem em sua evolução progressiva.

Evidentemente, se os homens se agrupam dentro das grandes cidades, em detrimento das comunidades rurais, as características econômicas dêsses núcleos populacionais se revestem de formas outras, sobretudo quando atingem à civilização industrial.

Mas, a verdade é que as indústrias extrativas, agrícolas e de transformação, sobretudo quando integradas, e que surgem em regiões próprias, necessitam, para subsistir, de uma população numerosa que deve ser localizada nos centros de produção, ensejando a formação de pequenas cidades, onde se formarão artífices de outras indústrias ou formas de atividades conexas e derivadas: artesanatos, indústrias de construções, de alimentos, transportes, serviços públicos de ordem admi-



nistrativa e econômica e isso com as probabilidades de sucesso, variáveis com o poder de receptividade de seus membros constituintes.

Tôdas essas atividades regionais, que se desenvolvem conjuntamente, permutando produtos e serviços e que se enriquecem mutuamente, criam receitas inimagináveis que revertem em proveito de seu próprio crescimento, suscitando aumento de população e constituindo dessarte novas fontes de desenvolvimento da atividade econômica.

Uma estimativa otimista da população de Mato-Grosso atingirá, quando muito, à cifra de 500.000 habitantes.

Porque não tivéssemos conseguido os dados estatísticos solicitados com insistente empenho, não poderíamos precisar qual a percentagem atual das populações rurais e urbanas. Melhor seria computar sua população ativa, com a exclusão necessária das crianças, das senhoras cujas atividades só se processam no recesso dos lares e dos incapazes. Verificaríamos, então, que tôda essa população consome, mas que só uma pequena parte está em condições de produzir. De qualquer sorte, pela modéstia da cifra, conjetura-se, desde logo, quão insignificante é a sua população rural, disseminada irregularmente pela sua extensíssima área de 1.300.000 km<sup>2</sup>, desprezadas as frações de milhar.

Se quiséssemos seguir no caso a divisão de Smith, que subdivide a população rural em agrícola e não agrícola, chegaríamos depressa à compreensão por que Mato-Grosso importa de São Paulo e de outras procedências um volume considerável de gêneros alimentícios, mesmo dando como fazendo parte integrante da população agrícola um número considerável de seus peões, aptidão vocacional da maioria de seus habitantes. Nasce, do exposto, a emergência da adoção de um plano de colonização que se poderia estribar nas normas seguintes:

- 1.<sup>a</sup>, reter e aumentar a população;
- 2.<sup>a</sup>, aumentar a produção;
- 3.<sup>a</sup>, direito ao trabalho;
- 4.<sup>a</sup>, intervenção do Estado nos processos e métodos de colonização, tendo em vista a estática social;
- 5.<sup>a</sup>, ensino técnico-profissional ministrado ao colono, inclusive o estabelecimento do artesanato nas atividades complementares do trabalho agrícola;
- 6.<sup>a</sup>, colonizar com famílias, preferencialmente ao indivíduo;
- 7.<sup>a</sup>, criação de uma escola teórico-prática de agronomia e veterinária.

A peonagem, de que o determinismo etnográfico do pantanal parece haver contagiado a alma mato-grossense, jamais constituirá um processo de fixação do homem ao solo, e, pois, em

condições de concorrer para aumentar sua população e a própria produção. Em três meses de íntimo contato com os meios rurais mato-grossenses, verificamos o constrangimento com que o peão utiliza a enxada ou qualquer outro instrumento da lavoura. O cavalo é seu instrumento econômico por excelência, de que êle exclusivamente vive sem ambições outras, desde que sua resistência física pelas grandes caminhadas, aboindo rebanhos ou ajuntando-os em rodeios, permita essa vida de nomadismo, onde até o repouso é precário.

E como a maioria das populações agrárias do Estado central já se afeiçoou a êsse regime de vida, não há como admitir a hipótese de colonizá-la, agregando-a às atividades das culturas, onde ela não seria mais do que um elemento madraço e de dissociação.

O peão, como o soldado, é o celibatário da contingência.

Grande detentor de terras devolutas, o Estado de Mato-Grosso, pelos seus departamentos administrativos, não sabe onde as possui. Dêsse alheamento decorre muitas vêzes o cotejo de títulos de posse de terras entre os que, tendo-as requerido, se julgam seus legítimos possuidores. Dessa confusão se vale uma cáfila de aventureiros que vendem em São Paulo, em escritórios pomposos, terras de Mato-Grosso oferecidas a preços sedutores, sedutores porque mascarados sob condições ideais de imediata colonização: estradas, assistência técnica, assistência financeira, armazéns, hospitais.

A verdade é que quem pretende adquirir honestamente terras públicas no grande Estado, ao preço ínfimo de Cr\$ 1,00 o hectare, terá de situá-las onde outros ainda não as tenham descoberto, ou então fará um escuso negócio em que o Estado, o emissor do título de posse provisório ou definitivo, só interfere quando invocada a justiça.

E' evidente que nas condições acima relatadas não vinga um processo seguro e racional de colonização, a menos que se queira admitir como idôneos os arremedos esparsos que salteiam as diversas regiões mato-grossenses, e onde se abrigam, pelo transbôdo das populações nordestinas, alguns egressos do trabalho rural de São Paulo, aonde foram atraídos pela persuasão suspicaz dos tangerinos de homens.

Essa é a colonização existente em Mato-Grosso e processada sob as vistas grossas do Estado, que, demasiadamente pobre, transfere suas terras como fonte de renda, isso quando não as concede, a trôco de uma migalha, aos espertalhões que se arvoram em colonizadores com escritório alhures, a cuja testa está um sócio endinheirado e cuja rutilante propaganda, à moda americana, embevece os incautos que adquirem lotes a pêso de ouro e se internam, agora já decepcionados, na mata ou no cerrado, entregues aos azares de sua



própria sorte e de posse de um título cuja legitimidade ninguém pode garantir.

Assim como andam as coisas, não se pode esperar, pelo menos no momento, que a iniciativa privada, que já se desmandou em deslizês, assuma a responsabilidade de colonizar Mato-Grosso dentro dos itens formulados e que nem sequer valem pela originalidade, tanto é certo que êles sempre constituíram as exigências mínimas de quaisquer processos e métodos de colonização.

Um Estado, como Mato-Grosso, capaz de produzir as mais abundantes e as mais diversas matérias-primas de terras as mais produtivas, de climas os mais variados, servido por um território imenso, no interior do qual se podem integrar tôdas as indústrias humanas, não deve permanecer despovoado, produzindo uma renda mesquinha, resultante sintética de esparsas rendas individuais que são, de resto, verdadeiras rendas do meio físico em que o homem só aparece como industrial extrativo. Mas tais rendas beneficiam, quando muito, os particulares e não a coletividade.

As terras que consideramos próprias para uma grande variedade de culturas — e isso verificamos “de visu” — não o eram antes da convicção dos homens rurais de Mato-Grosso, que não se aperceberam ainda de que a desigualdade de seu meio físico como que abre a porta a uma economia complexa, propiciando atividades complementares que nascerão de seus agrupamentos profissionais, dando a esperança, dentro de sua vasta hinterlândia, de uma autarquia moderada. Mas, ao invés disso, e pelas razões aqui repisadas, Mato-Grosso esgota-se na aquisição de tudo que consome, inclusive em produtos pagos em moedas fortes, como acontece com o leite condensado, a despeito de seu rebanho bovino quase ultrapassar cinco milhões de cabeças.

Os problemas da posse da terra têm a idade da civilização agrícola e por isso não é de admirar que, logo após a primeira guerra mundial, quase todos os países se defrontaram com os problemas agrários.

Assim aconteceu na Europa Central, como no Oriente Próximo. A Rússia, a Alemanha, a Itália passaram por profundas reformas em seus sistemas territoriais. A guerra civil espanhola teve sua origem na divisão do solo. A reforma agrária estêve no fundo da revolução mexicana, como está nos últimos levantamentos das repúblicas sul-americanas, não excluindo o Chile.

Aos Estados cabe o direito de dispor livremente de suas terras. O Estado de Mato-Grosso dispõe das suas vendendo-as a preço vil, como já expusemos em outra parte, quando seria mais razoável juntá-las às do domínio privado que, por sua vez, seriam desapropriadas sob a invocação da utilidade pública e fracionadas a título gracioso,

nos estamentos aqui alvitrados. Sòmente as terras cujas áreas, ainda de propriedade do Estado, não fòssem destinadas à instalação das aldeias agrícolas, deveriam ser cedidas a particulares até os limites que poderiam ser estendidos a 1.000 hectares, com o objetivo de implantação de agricultura e criação latifundiárias. Esbanjando dispendiosamente seu patrimônio territorial, Mato-Grosso vem propiciando a criação de castas privilegiadas, quando seria mais prudente considerar que a pequena propriedade agrícola é a mais consentânea com uma sociedade democrática livre.

Fácil se nos afigura a justificativa de que, nas comunidades rurais, o bem-estar geral depende mais da forma pela qual as terras são distribuídas do que da ação direta ou reflexa de quaisquer outros fatôres. O ideal seria atribuir a cada colono a gleba que necessária fòsse à sua subsistência, isso sem excesso para uns, o que, de resto, se transmitaria, em carência para outros. Crê-se em Mato-Grosso que a posse latifundiária é a única situação capaz de manter um “status” decente para o homem rural. Mas o que se observa é que estamos assim concorrendo para a criação de uma pequena classe de privilegiados em detrimento de u’a massa humana já influenciada por idéias exóticas e que estamos condenando à ignorância, à pobreza e à revolta.

O anátema de Isaías “amaldiçoados sejam os que juntam casa com casa, campo com campo, até que não haja mais lugar, a fim de ficarem sós no meio da terra” de certo decorreu da proletarianização do homem rural, fenômeno que caracteriza sempre a concentração da propriedade do solo.

Afirmando que a classificação das propriedades sempre resulta em categorias arbitrárias, um sociólogo americano depreendeu, depois de ponderado exame, que o critério mais útil é distribuir as propriedades agrárias por três grupos: propriedades de subsistência, fazendas domésticas, grandes propriedades. Abstemo-nos de incluir no primeiro grupo o caso específico de Mato-Grosso, porque o cientista, ao alvitrá-lo, admitiu, desde logo, que o seu cultivo seria um meio de trabalho complementar de quem já se dedica a atividades outras.

O padrão de colonização que pretendemos aconselhar para aquêlê Estado ajusta-se às fazendas domésticas. As unidades-lote terão a área de 25 hectares e cada aldeia 500 dessas unidades. De acôrdo com o anteprojeto de planta anexa, cada aldeia agrícola poderá dispor de 500 casas residenciais, além dos prédios destinados à industrialização da produção coletiva, e mais: silos, armazéns, escolas, igrejas, clubes, jardins, cooperativas de produção e consumo, cinema, centro médico, play-ground com creche, hospital etc. Os



animais produtores de leite e de pequeno porte serão criados em comum, como em comum serão usados os recursos florestais reservados nas condições que a planta específica.

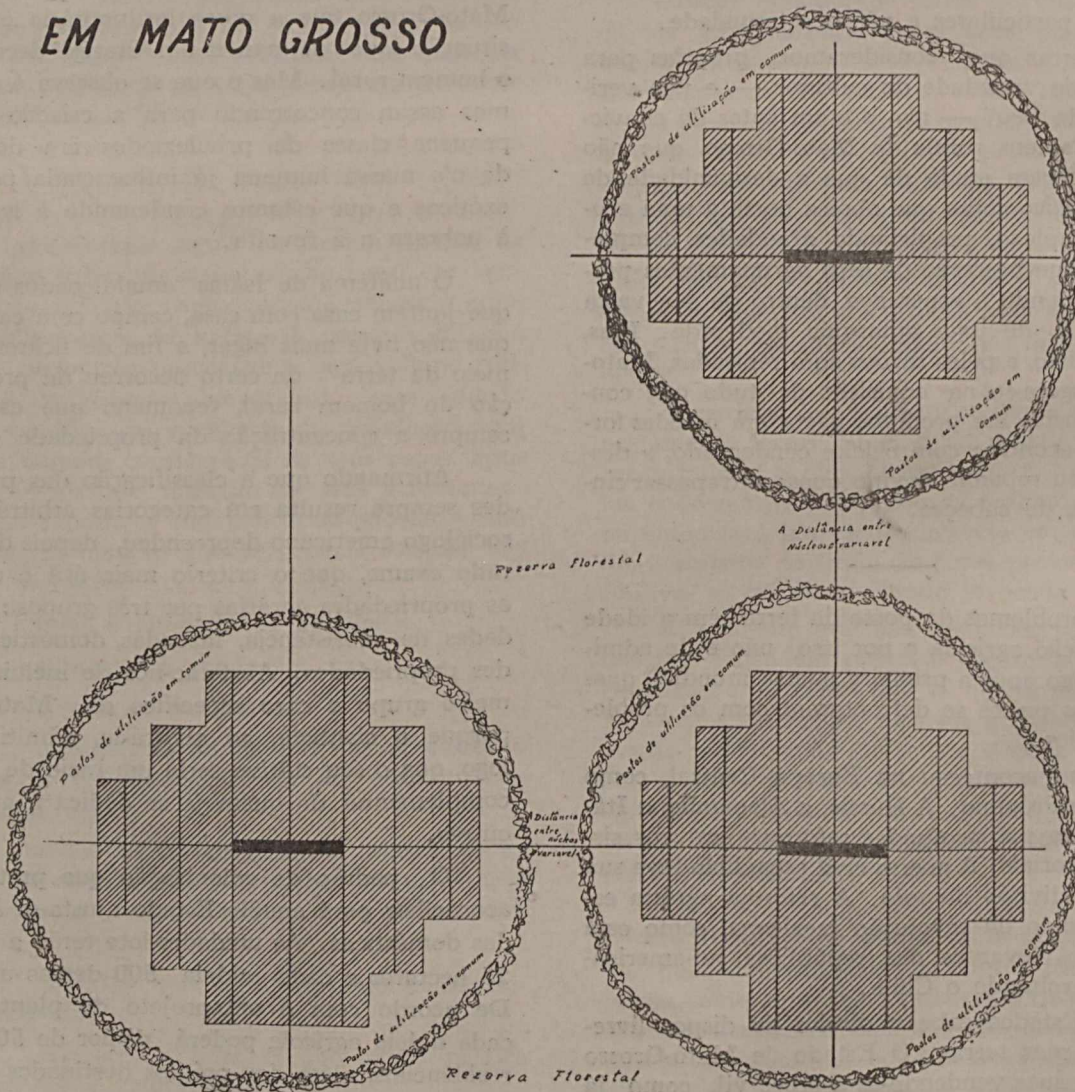
As aldeias assim constituídas, para efeito dos processos de aculturação, serão povoadas por nacionais e estrangeiros, aos quais será atribuído o número de unidades-lote proporcionalmente a seus dependentes.

Poder-se-ia obter-se que a área de 25 hectares é por demais reduzida para 1.300.000 m<sup>2</sup>

de Mato-Grosso, mas há que considerar a distância que cada colono teria de percorrer para atingir seu lote e o caráter experimental que uma iniciativa dessa ordem representa entre nós, embora completamente vitoriosa alhures. E, como se trata de cultivar racionalmente o solo e não esgotá-lo, é óbvio que não se devem proporcionar extensões patrimoniais que sejam por si mesmas um estímulo às culturas de assolamento!

Essas aldeias confinam-se-iam com outras aldeias e Mato-Grosso usufruiria as vantagens de um

## PLANO DE ESTAMENTOS COLONIAIS EM MATO GROSSO



Estadística  
1950



povoamento racional, conquistando, "pari-passu", seus vazios demográficos que se distendem por extensões tão amplas que o encontro do homem ou de um animal doméstico, num trânsito muitas vezes de algumas centenas de quilômetros, ameniza sobremodo a paisagem.

O sistema da grande propriedade é caracterizado em Mato-Grosso exclusivamente pelas suas fazendas de criação. São enormes extensões territoriais que, quando bem cuidadas, receberam o benefício dos aramados, pois as pastagens quem as cuida são os próprios animais que, com seu pisoteio, favorecem a proliferação de uma multiplicidade de gramíneas e leguminosas que a Natureza, dadivosa e boa, distribuiu quase indistintamente por tôda a área territorial do grande Estado.

E como em tais fazendas, de um modo geral, nada se cultiva, importando-se todos os alimentos necessários à sua subsistência, seus habitantes reduzem-se a meia dúzia de peões, o quanto basta para satisfação das necessidades da criação, processada, salvo pequenas exceções, sob a forma extensiva.

Ê, em síntese, como diria Smith, a adaptação do sistema fabril à exploração do solo.

E tão arraigada se acha no espírito da população mato-grossense a idéia de que só a grande propriedade imobiliária seja capaz de produzir riqueza, que o ambiente criou o complexo da extensão e é vulgaríssima a confissão entre seus proprietários, feita num assomo de humildade cristã, de que são detentores de apenas uma pequena granja (sic) de três mil e seiscentos hectares...

De um dêles, situado no município de Ponta-Porã, ouvimos nós que fracassara na vida, porque, já declinando da idade propecta, não mais poderia deixar a seus filhos o seu justo sonho de uma área de vinte léguas quadradas! E isso acontece no ex-Território de Ponta-Porã, onde o mato é um recurso natural que se poderia tornar inextinguível, pela renovação, o clima tem a amenidade de uma carícia e onde até os nórdicos poderiam viver e trabalhar.

Mas o fato é que ninguém ignora as consequências sociais da criação extensiva e da agricultura latifundiária.

Parece comprovada a tese de que os latifúndios prosperam quando a conjuntura econômica é próspera e generalizada. A elevação do preço de boi em pé, no momento que corre, parece confirmar a tese referida.

Stone, comentando a matéria diz "que há algo de visceralmente defeituoso nos métodos e sistemas do latifúndio do ponto de vista econômico — desde seu início até hoje". E deduz: no contraste entre as regiões dominadas pela grande propriedade destacam-se as que são exploradas *domesticamente* (o grifo é nosso) que embora às vezes disponham de um solo menos fértil e transporte mais difícil, apresentam nível bastante diverso.

O latifúndio é, a nosso ver, um esbanjamento da riqueza com a agravante de nem sequer ser enobrecida pelo trabalho. Talvez exceções pudessem ser feitas quanto à exploração do mate, da borracha, da castanha, do quebracho e dos frutos oleaginosos. Essa exceção, que poderia parecer audaciosa, não justifica nem sanciona seus atuais métodos de exploração.

O sistema de colonização aqui alvitrado não implica em sua adoção exclusiva. Culturas como a do café, do algodão, do arroz, do trigo, do sisal, da cana, de açúcar etc. etc. reclamam extensões maiores para sua expansão. Aplicar-se-ia então a estas um regime de maiores lotes, de acôrdo com a capacidade reconhecidamente financeira de seus tomadores que poderiam ser contidos, como já dissemos, dentro de uma área máxima de 1.000 hectares.

As aldeias agrícolas, se favoráveis fôssem as condições ecológicas, poderiam ser alternadas com êsses grandes lotes, cujo trabalho assalariado absorveria os braços por acaso vacantes dêsses estamentos sociais. Isso não invalida a proposição acima já firmada de que ditas aldeias deveriam confinar-se entre si, inclusive porque vasto como é o território mato-grossense, agraciado com climas diversos e onde a densidade de população a formar-se deverá obedecer a um critério científico, regiões deve haver em que a intromissão dessas grandes áreas destinadas a produzir em extensão seja ou não aconselhável na prática.

Voltamos, de qualquer sorte, ao argumento anterior. Ninguém de boa mente poderá admitir que a agricultura extensiva não traz como consequência a monocultura, isso para melhor rendimento "per capita", contrariamente à produção diversificada que leva o colono ao conhecimento da técnica de vários tipos de produção e onde o homem se exercita nos mais variados misteres, inclusive na capacidade de mando.

Outro efeito, também observado pelos sociólogos, é a tendência que a grande propriedade possui para a formação de uma estrutura rígida da população rural. Dessarte, encontram-se de um lado os seus proprietários que se constituem em elite, do outro, sobretudo na base da pirâmide social, acumulam-se as massas da população rural, vegetando em condições penosas. Aplicando o caso aos latifúndios de Mato-Grosso, sobretudo aqueles localizados no Pantanal, manda a justiça que se reconheça em alguns dêles uma administração vigilante pela sorte de seus peões e camaradas e nada mais confortador de que presenciar o espírito de compreensiva cooperação que reina indubitavelmente entre êles. Mas isso ocorre como exceção. A exploração da terra pelo sistema familiar, tal como aqui propomos para a maioria das glebas de Mato-Grosso, assegura quase que automaticamente uma distribuição equidosa do rendimento, inclusive pela conclusão simplista, mas profundamente verdadeira, de que os problemas econômicos são mais de distribuição do que propriamente de produção.



Há, ainda, na exploração da grande propriedade, o problema do isolamento que não existe nas fazendas familiares ou domésticas, onde a interação se manifesta pela cooperação.

E como se constituiriam esses corpos sociais?

Nada mais fundamental na organização rural do que a maneira pela qual a população deve ser distribuída pelas regiões que se pretende povoar.

Lynn, descrevendo-a, ensina que as expressões "forma de povoamento", "tipo de povoamento" e "padrões de povoamento" (Settlement pattern) são comumente usadas para designar as habitações dos agricultores e a terra cultivada.

E' curial que a natureza da exploração agrícola, exigindo grande extensão de terra, impõe por si mesma duas soluções, ambas com influência decisiva na densidade da população, ou se constroem as residências próximas umas das outras, mas distantes do campo, ou isola-se o colono que passa a residir no centro de suas próprias plantações.

E' a preferência por uma dessas soluções que cria, como já dissemos, uma forma diversa de povoamento.

Mas a verdade é que fracionar glebas, em cujos lotes se construiriam as residências de seus tomadores, já caiu em desuso.

Os homens cada vez mais necessitam da convivência, da convivência que permite participações recíprocas.

De uma organização dessa natureza nasce um sistema de regras sociais criando-se assim um direito de assistência à educação, à saúde, ao trabalho, o que de outra forma teria finalidades pessoais e precárias.

E depois, é comezinho o conceito de que ninguém se une com objetivos isolados; a união, correnta Sonnies, abraça por inteiro os seres humanos e abrange todos os aspectos da vida. Daí depreender-se que o caráter de solidariedade material e espiritual que penetra no exercício das mesmas atividades e dos mesmos deveres está inteiramente relacionado com o caráter étnico dessa mesma comunidade.

E' certo que os Estados Unidos têm a residência de seus lavradores semeada pelos campos aráveis, mas nem por isso dispensaram as aldeias agrícolas, assim denominadas, mas que de fato não o são; não o são porque posteriormente se transformaram em centros comerciais onde se trocam os produtos das populações rurais.

Mas no resto do mundo, sobretudo nos países onde a assistência é falha e eventual, o tipo mais generalizado dos estamentos rurais é a aldeia, centro geográfico das terras cultivadas, estas vazias de construção, exceção dos galpões e dos depósitos.

A matéria tem mais importância do que se possa pretender. Colonizadores do passado já se

haviam penetrado da conveniência desse povoamento e hodiernamente geógrafos especializados nos problemas culturais visam preferencialmente a esse setor da organização rural.

Claro que implantado esse padrão de povoamento, tal como acontece com outros aspectos de herança cultural, fica o mesmo firmado, e firmado como coisa natural que sempre tivesse existido. No campo, só as inovações e as mudanças é que se processam à custa de uma grande resistência.

Mato-Grosso dispõe de regiões imensas onde o planejamento social de colonização apenas se esboça, mas não alcançando sequer a fase experimental. A não ser que admitamos como exceção a "Colônia de Dourados", em que o governo da República continua o tipo de povoamento em que os colonos residem em seus lotes.

Não é somente no domínio da atividade econômica que as vantagens de uma população numerosa se fazem sentir; é também no domínio da administração e no do próprio governo. Nos dois casos, o agrupamento e a concentração exercem no sentido da diminuição do preço de custo uma influência tão decisiva como a que se exerce na boa gestão dos negócios públicos. A administração dos grandes Estados de população densa e numerosa sempre se afigurou aos economistas menos onerosa que a das pequenas unidades de fraco e esparso coeficiente demográfico.

Do exposto, decorre que no domínio da atividade privada, como naquele dos serviços públicos, uma cifra elevada de população é o maior fator de concorrência entre os indivíduos, de sorte que, em igualdade de condições, as aptidões são tanto mais diversas e os tipos de elite tanto mais numerosos quanto a população mesma é numerosa.

O recrutamento para desempenhar as tarefas difíceis de ordem técnica, científica, estética, governamental e administrativa se processa então com mais facilidade e as aptidões especiais e excepcionais, mesmo assim, nunca sobejam, porque delas depende essa indeterminada que é a felicidade do povo e o próprio nível de sua civilização. Que é, enfim, o desenvolvimento das relações internacionais senão a maior manifestação das vantagens que apresentam a colaboração e a concorrência entre populações numerosas?

A verdade é que Mato-Grosso necessita de uma população que venha mobilizar os imensos recursos de seu território, e como este é sumamente vasto, aqueles são grandemente numerosos.

Nas comunidades rurais há, sem que se aperceba, uma íntima correlação entre a família e a escola em sua esfera educativa. As escolas, de acordo com o grau de ensino, alfabetizam



a criança, mas de fato é a família que nela ins-tala os seus rudimentares conhecimentos ligados ao cultivo da terra. Nos Estados Unidos, o processo educativo das zonas rurais utiliza, além das escolas, o trabalho das igrejas, revistas, cinema, rádio, bibliotecas, inclusive a assistência prestada pelas associações e instituições criadas para esse mister.

Mas, o maior, senão o mais importante fator educativo, são os cursos de extensão agrícola de várias escolas de agricultura, existentes nas circunvizinhanças.

Uma "Comissão Consultiva de Educação" determina o mínimo que cada escola deve proporcionar aos seus alunos, dentro do conceito de que deverá ser dado pela escola, assim ao aluno como à comunidade a que pertence, toda oportunidade para um legítimo desenvolvimento pessoal e social.

A tarefa é, por demais, ingente.

O campo é que cria a maioria dos homens que povoam a cidade; assim acontece pelo seu alto nível de natalidade e pela migração da juventude que deserta de seus lares. Infelizmente esse fato nem sempre ocorre às administrações públicas, quando têm de atender às dotações das escolas rurais. Alguns Estados americanos procuraram preencher esse vazio, criando fundos de uniformização (equalization) pelos quais as reservas estaduais são distribuídas pelos municípios essencialmente aparelhados. Outros há que utilizam o método de oferecer recursos proporcionalmente ao número de crianças em idade escolar. Mas, o objetivo é um só: nivelar as oportunidades educativas.

Não asseguramos que quaisquer dos processos citados sejam exequíveis no território de Mato-Grosso, até porque se nos afigurou que os seus municípios, mesmo os mais prósperos, não puderam ainda nesse setor atender às suas necessidades locais, havendo verdadeiros grupos de populações dispersas onde nunca aportou um professor.

Quando o I.B.G.E. arbitrou a população de Mato-Grosso em 300.588 habitantes, especificou que 103.685 dessas almas residiam no campo, entregues às atividades da agricultura, da pecuária e das indústrias extrativas. Isso representa a percentagem de 34,49% de sua população recebendo instrução menos do que primária, menos do que primária por ser ministrada por professores leigos e quase analfabetos.

Seria estultícia pretender negar que o problema não haja impressionado o próprio governo da República. Tanto o impressionou, que observamos um elevado número de prédios escolares construídos por sua conta em diferentes pontos do território mato-grossense. Apenas, se nos permitissem uma observação, duvidamos que alguns deles venham a ser freqüentados, uns pela sua localização e outros pelo estado lastimável que apresentam, a despeito de nunca terem funcionado. A restrição vai aqui, menos pelo desejo de ferir sus-

tabilidades, do que pela vontade de concorrer com simples advertência para o conserto de uma situação que pode ser ignorada.

Fiamos em que fundados os estamentos de nossa proposição, a localização das escolas rurais não seja mais problema de solução precária para o ensino rural mato-grossense.

Tudo o que foi dito não invalida o conceito universalmente aceito de um educador americano: "prepare a juventude para o exercício de emprego útil, proporcionando um treinamento na técnica de várias ocupações assim como de assuntos correlatos...! que possam ser de utilidade tanto para homens como para mulheres, como cidadãos e profissionais".

Em princípio e em graus diversos, de acordo com a época, o domínio da atividade econômica, ou melhor dito, da produção, foi relegado pelo Estado à iniciativa privada.

Mas, dificilmente se encontrará, entre as funções do Estado, alguma cujo exercício não influencie direta ou indiretamente o jogo dessa atividade com repercussões profundas em suas soluções.

Mesmo nos tempos recuados, as atividades econômicas se desenvolveram nos quadros jurídicos instituídos pelo Estado, ainda que os serviços públicos dessa ordem se resumissem na abertura de caminhos e outros meios de comunicação.

Quando, ao alvorecer do século XV, as grandes nações se constituíram em organismos econômicos, foi com o auxílio do Estado que esse objetivo foi alcançado e apesar das idéias que agitaram os séculos subsequentes, sobretudo o XIX, a política econômica assemelha-se, ainda hoje, cada vez mais, àquela do Mercantilismo, inclusive nos seus defeitos.

Depois, desenvolveram-se numa razão sempre progressiva as funções econômicas do Estado; a democracia política passou a apoiar-se na democracia econômica, aquela estabilizando esta para democratizá-la.

Decorre do exposto que o Estado tem de participar da atividade econômica como legislador e como governante. Como legislador, éle institui os quadros legais que fornecem aos contratuais um ponto de apoio; governante, assegura a execução da lei que ditou como legislador e organiza sua aplicação presidindo ou participando dos serviços públicos, particularmente os de natureza econômica.

Se essas teorias, de uma claridade meridiana, generalizadas e aceitas por todos os povos, mesmo os de médio grau de civilização, tiverem o consenso do povo e do governo de Mato-Grosso, as atividades econômicas do grande Estado passarão a desenvolver-se com o concurso dos serviços públicos, ou então sua economia, ainda em estado embrionário, está destinada a entorpecer-se, como outrora a economia familiar.



A imigração, a colonização, a produção especializada, o estabelecimento do artesanato nos estamentos coloniais, o aperfeiçoamento e a ampliação dos transportes como estímulo e incentivo às trocas, a circulação rápida, o transporte de mercadorias e de pessoas, necessitam de serviços públicos que lhes assegurem estabilidade, ou então os mato-grossenses verão retardada excessivamente sua marcha para o progresso.

Mesmo com sua reduzida população a quem bastaria um número razoável de estabelecimentos escolares, os serviços de educação de sua mocidade, excluindo os adultos, são mais do que deficientes. O Estado deverá intervir para mudar esse estado de coisas com o fito de proporcionar um mínimo de instrução e de educação social, sem o qual o indivíduo, em detrimento seu e da coletividade, permanecerá incapaz de produzir trabalho útil, a menos que se contente em ser um operário desclassificado nas atividades econômicas, fazendo jus ao salário mínimo, quando não inverte para misteres outros em que sua fragilidade moral, sem apoio de qualquer estágio instrutivo, baqueia sem remissão...

Os mato-grossenses, cientes dos argumentos acima expendidos, poderão objetar, de início que como se disseminam em tão amplas e diversificadas regiões seus escassos conterrâneos não há como educá-los na penúria econômico-financeira em que se debate o Estado.

O projeto que oferecemos para a organização de seus núcleos coloniais contornaria essas dificuldades e propiciaria a instituição do ensino sob forma técnico-profissional, fator incontestável e primordial do progresso econômico, moral, social e humano.

Se forem seguidas as diretrizes aqui alvitadas, podemos esperar que as gerações que sucederem à atual recebam um acervo de conhecimentos já adquiridos que se desdobram em concepções de todo gênero, inclusive as morais e sociais que, juntas, servem de suporte às civilizações e por meio das tradições se perpetuam, firmando, cada vez mais, a nacionalidade.

E' esta a maneira mais simples e quase única de o Estado fazer crescer, como insinua Brocard, sua capacidade produtiva, não só elevando o nível de cultura do seu povo como utilizando sua aptidão, donde posteriormente auferirá o melhor rendimento. E não é este o melhor processo psicotécnico de fazer emergir os homens superiores, aproveitando-se a coletividade de seus talentos?

Assim fazendo, o Estado estaria evitando que se propaguem entre os meios incultos, sobretudo entre a mocidade, doutrinas malsãs e subversivas, geradoras de confusão nas consciências jovens, tanto mais impressionáveis, quanto menos formadas.

A organização dos corpos sociais na forma projetada não prescinde, nem seria admissível que prescindisse, da técnica, das comunicações e do transporte. Estradas, telégrafos, telefones não só exercem influência em qualquer planejamento local como na própria expansão nacional, com influência nas relações exteriores.

A intervenção da autoridade regional serve nesse caso para coordenar os superiores interesses dos centros povoados, evitando, como acontece em algumas regiões de Mato-Grosso, a má distribuição desses recursos, estabelecida sob regime de duvidoso critério e feita em proveito de reduzido número de beneficiados.

Faz-se mister que as estradas tenham o sentido da produção e não sejam projetadas a êsmo, em detrimento dos centros de atividade que se formam com inauditos sacrifícios, para logo depois definharem num ambiente de decepções gerais.

Nessas unidades sociais, o govêrno do Estado deverá patrocinar o financiamento necessário à instalação de oficinas de ferro, de madeira, de couro e de objetos de cerâmica, de modo que proporcione às comunidades um auxílio precioso às suas atividades normais. O consêrto de um veículo, a compra de simples objeto de uso vulgar, a reposição de uma telha partida, a aquisição enfim de utilidades comezinhas não deve forçar o homem ao abandono de seu trabalho diário, obrigando-o a longos e penosos trânsitos em condições onerosas e precárias. Quem em Mato-Grosso quiser cobrir-se com um telhado de telhas francesas terá que mandar adquiri-las em São Paulo e o seu preço de unidade nunca será inferior a Cr\$ 10,00.

E' que ali não há oleiros e quando êles surgem de procedência de outros Estados são tão maus artífices que fabricam só tijolos e dos mais ordinários.

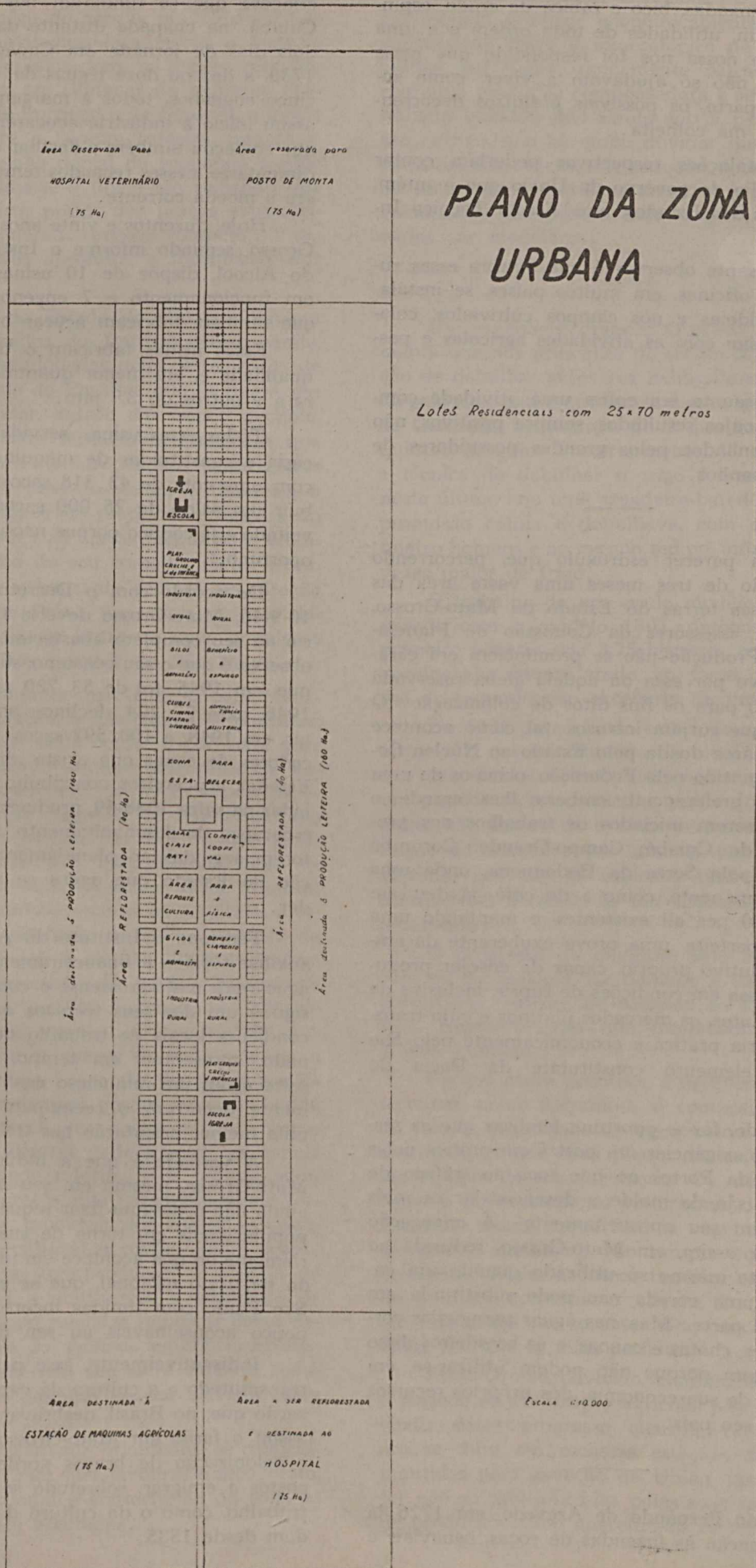
Nessas oficinas criar-se-ia o trabalho industrial nos moldes do artesanato, sem que com isso se pretendesse regredir às suas formas primitivas.

Aliás, a tecelagem das rêdes nos ambientes familiares é um processo de artesanato já arraigado nos hábitos e no gôsto da população mato-grossense, o que também acontece com a fabricação de selas, laços e outras utilidades de couro.

Mas, como a produção de selas se faz insuficiente ao próprio consumo do Estado, o povo de Mato-Grosso ainda importa elevado número de unidades do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Quem viaja na zona colonial do Rio Grande do Sul, a começar em São João do Montenegro, delicia-se perante o espetáculo, inédito em muitos Estados, das vantagens do artesanato. Observa-se, logo à primeira vista, uma multiplicidade de oficinas em que velhos, adultos e crianças praticam os mais diversificados ofícios. Fabricam foices,





# PLANO DA ZONA URBANA

Lotes Residenciais com 25x70 metros

Escala 1:10.000

1950



machados, enxadas, bico e rabiça de arado, espingardas; enfim, utilidades de tôda ordem e a uma interrogação nossa nos foi respondido que essas habilidades não só ajudavam a viver, como supriam, em parte, os possíveis prejuízos decorrentes de uma má colheita.

As instalações respectivas poderiam contar com o auxílio do governo da União que mantém, nas capitais dos Estados, uma Escola Técnica Industrial.

Interessante observar é que outrora essas rudimentares oficinas, em muitos países, se instalavam nas aldeias e nos campos cultivados, colaborando assim com as atividades agrícolas e pastoris.

O artesanato era enfim uma atividade complementar, cujos resultados, sempre positivos, não eram desdenhados pelos grandes possuidores de terras e rebanhos.

Poderá parecer esdrúxulo que, percorrendo pelo período de três meses uma vasta área das mais diversas terras do Estado de Mato-Grosso, os técnicos assessôres da Comissão de Planejamento da Produção não se pronunciem em caráter definitivo por essa ou aquela gleba reservada pelo Estado para os fins ditos de colonização. O receio dê que surjam intrusos, tal como acontece na própria área doada pelo Estado ao Núcleo Colonial ali mantido pela Federação, priva-os de uma localização preferencial, embora lhes agrade o alvitre de serem iniciados os trabalhos nas proximidades de Cuiabá, Campo-Grande, Corumbá e também pela Serra da Bodoquena, onde uma cultura permanente, como a do café, já deu, em seus 50.000 pés ali existentes, e mantendo uma vegetação perfeita, uma prova exuberante de ambiente produtivo próprio, capaz de ensejar produção em massa em condições de suprir, inclusive de outros produtos, os mercados platinos e cujo transporte se faria prática e economicamente pelo Rio Paraguai, elemento constituinte da Bacia do Prata.

Contudo, faz-se oportuno lembrar que as restrições e as exigências ora postas em prática pelas Capitânicas de Portos no que toca ao tráfego de nossos rios são de molde a desencorajar os mais animosos em seu aproveitamento. A navegação fluvial está, assim, em Mato-Grosso, reduzida ao mínimo, êste mesmo só utilizado quando um caminho ou uma vereda não pode substituí-la em todo ou em parte. Mas, nas águas paraguaias correm vapores, chatas e canoas, e os brasileiros disso se aproveitam porque não podem utilizar-se, em detrimento de sua economia, dos próprios recursos fluviais de seu país.

Segundo Fernando de Azevedo, em 1726 já se fazia menção às fazendas de roças, canaviais e

criações que se fundaram nas proximidades de Cuiabá "na chapada distante das minas e lavras, dois dias de jornada em Capão do Mato". Em 1730, a dez ou doze léguas da vila, se instalaram cinco engenhos, todos à margem do rio, e deu-se assim início à indústria açucareira mato-grossense, que começou também a destilar em alambiques rudimentares, nesses recuados tempos em que o ouro era a moeda corrente.

Hoje, duzentos e vinte anos decorridos, Mato-Grosso, segundo informa o Instituto do Açúcar e do Alcool, dispõe de 10 usinas, das quais nove em funcionamento e 7 engenhos turbinadores e que também fabricam açúcar bruto.

Essas usinas fabricam o tipo cristal, de má qualidade e, em menor quantidade, açúcar demerara e outros do 3.º jato.

Tôdas essas usinas, servidas por lavoura precária e constituídas de máquinas obsoletas, estão com uma cota de 43.318 sacos, havendo a distribuir um saldo de 25.000 sacos, ainda não aproveitado e já caduco porque não utilizado em tempo oportuno.

De acôrdo com o Decreto-lei n.º 9.827, de 10-9-46, Mato-Grosso deveria ter a cota necessária ao seu completo abastecimento, mas o que se observa é que o seu consumo, só em tipos de usina, que, em 1945, foi de 53.720 sacos, ascendeu, em 1946, para 77.294, declinou em 1947, para atingir, em 1948, a 100.592 sacos! A classe de fornecedores de canas que existe ali como nos demais Estados açucareiros contribuiu com 30.075 toneladas na safra 1948-49, produção que vale só como esperança de desenvolvimento, se diretrizes outras forem seguidas no planejamento geral da produção do Estado que agora se pretende empreender.

Tenciona o Instituto do Açúcar e do Alcool auxiliar técnica e financeiramente a agro-indústria açucareira mato-grossense e com êsse objetivo designou um dos seus técnicos que, examinando as condições locais de trabalho nesse setor determinado, apresentou, em tempo, seu relatório, que sofre agora um minucioso exame de que possivelmente decorrerá o reequipamento das usinas e uma melhor orientação nos trabalhos de campo.

A verdade é que a indústria canavieira de Mato-Grosso, mesmo em seu aspecto rudimentar, ainda não conseguiu fixar sequer pequenos núcleos populacionais em tórno de sua produção, contrariamente ao que acontece em uma vastíssima faixa do território nacional, que se estende do Ceará a São Paulo com tímidas incursões até em regiões pouco aconselháveis ao seu desenvolvimento.

Indiscutivelmente, êsse panorama deverá ser transmutado e a cultura da cana e sua industrialização que, no Brasil, desbravaram terras e gentes, assim o farão em Mato-Grosso, com a imigração e colonização de braços nordestinos sempre dispostos a emigrar, sobretudo se seduzidos por um trabalho, como o da cultura da cana, de que cuidam desde 1535.



O reerguimento da economia nacional, que se iniciou no comêço do século, proveio incontestavelmente do movimento imigratório, o qual se canalizou, de preferência, para as regiões meridionais. Os europeus, em centenas de milhares, chegaram da Itália, de Portugal e da Espanha e foram encaminhados para a lavoura cafeeira, que constituía então a espinha dorsal da economia paulistana. O café vendia-se a preço tão reduzido que vencemos, em curto prazo, nas praças estrangeiras, os que pretenderam conosco competir. Ficamos assim senhores absolutos e incontestes dos mercados.

As fazendas do Estado do Rio que haviam florescido nos meados do Império foram sendo, pouco a pouco, abandonadas pelas terras roxas de São Paulo e o Vale do Paraíba, que já tivera seu período de esplendor, entrou em franco declínio, senão em pronunciada decadência. Campinas, que se tornara o centro de atração dos cafeicultores em fins do século passado, cedeu a dianteira à terra de Piratininga e os próprios lavradores do Estado do Rio, com suas terras esgotadas e erodidas pelo empirismo do seu trabalho rural, acompanharam o surto colonizador sempre em direção ao oeste. Ribeirão Preto, após dois ou três decênios, passou a figurar entre os mais populosos e adiantados centros urbanos de São Paulo.

A êsse movimento, que lembra, pela precariedade de sua duração, o das bandeiras paulistas, foi dado o nome de "onda verde" e por onde quer que êle tenha passado seguia-o a civilização, aumentando espantosamente os núcleos populacionais, quando não os forjando de improviso, isso com o auxílio das estradas de ferro que se construía aceleradamente e que, muitas vezes, os ultrapassavam. Colonos de outras raças afluíram a São Paulo; desenvolveram-se os negócios, cresceu sobremodo a produção do café e o pôrto de Santos, construído sob o influxo dessa espantosa riqueza, vivia abarrotado de navios, experimentando o até então insólito fenômeno do congestionamento. Depois, venceu o raciocínio de que, se podíamos impor os preços do café que era o produto base de nossa economia, devíamos vendê-lo por preço sempre maior, porque mais rico então ficaria o país. Mas é que nosso café era, como ainda o é em sua maioria, dada a nossa ignorância técnica, de qualidade inferior, e à própria sembra dos elevados preços, que impensadamente forjamos, elevou-se a produção dos nossos competidores, cuja técnica cultural se sobrepunha à nossa. Veio em seguida a superprodução; a queima de grandes estoques e a inutilização e abandono de muitos cafêzais foram medidas impostas como necessárias à procura do sonhado equilíbrio estatístico. Hoje, o Brasil tem sua safra cafeeira reduzida ao mínimo, a despeito do seu elevado custo no exterior.

Contudo, tècnicamente orientados, os cafeicultores já hoje sombream suas lavouras e recuperam, pela adubação racional e conservação do solo, as terras supostamente esgotadas.

Ora, são inúmeras as regiões de Mato-Grosso que podem produzir economicamente o café. A constituição física e mineralógica de suas terras, muitas das quais francamente calcárias, asseguraram uma produção compensadora e se a imigração italiana inundou São Paulo sob a perspectiva de seu cultivo, não há como duvidar que êste ainda constitua um objetivo de sedução, sobretudo quando se pretendem utilizar métodos e processos de colonização que podem, sem exagêro, ser denominados de modelares.

Um engenheiro francês, Gustavo Bessière, comenta que nos princípios do século XIX, a operação de debulhar grãos era habitualmente executada pelo mangual e que um homem vigoroso, segundo Gerardin, necessitava de 9 dias para bater 15 quintais de grão. Posteriormente, de 1915 a 1934, a técnica de debulhar o trigo foi melhorando e neste último ano uma segadeira-batedeira de auto-propulsão colhia e debulhava, com o auxílio de quatro homens e ao mesmo tempo, uma porção seis vezes maior de trigo.

O trabalho de um arado modelo 1901, comparado com o modelo 1801, demonstrou que o primeiro poderia arar 3,75 hectares, com a mesma parelha e o mesmo arado, ao passo que o trabalho do segundo não excederia de um hectare.

De 1934 para cá não estacionou, e antes acelerou-se, o desenvolvimento da mecânica, de sorte que os cálculos acima relacionados pertencem a um período já anacrônico, a partir do qual a máquina não cessou de evoluir permitindo a substituição do homem e dos animais numa escala tão elevada, que alguns espíritos timoratos deixam transparecer o receio de um "chômage" rural generalizado.

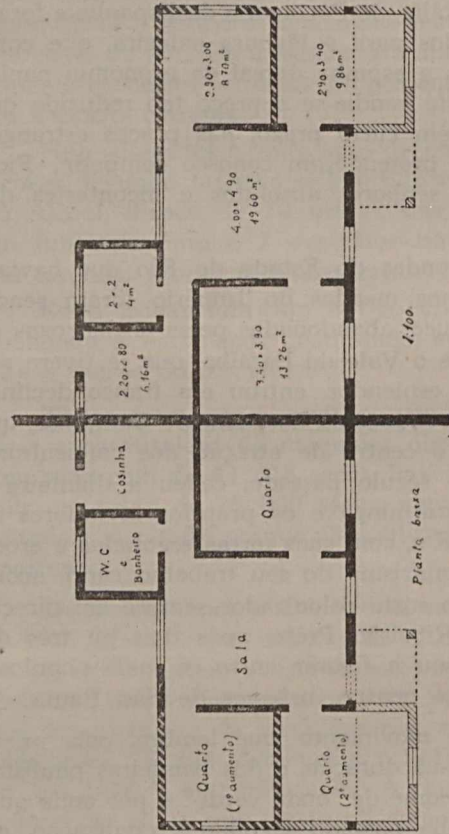
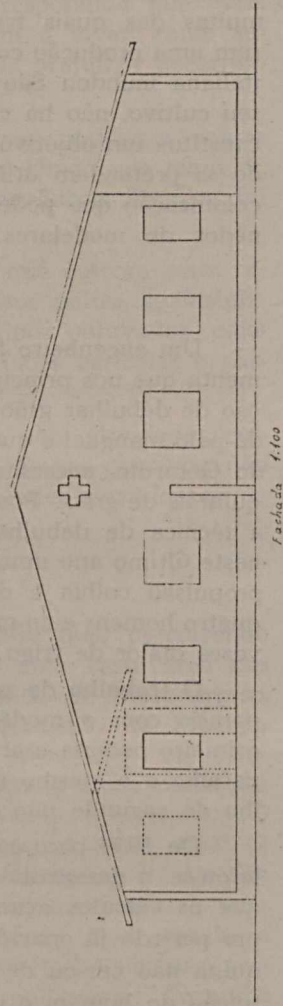
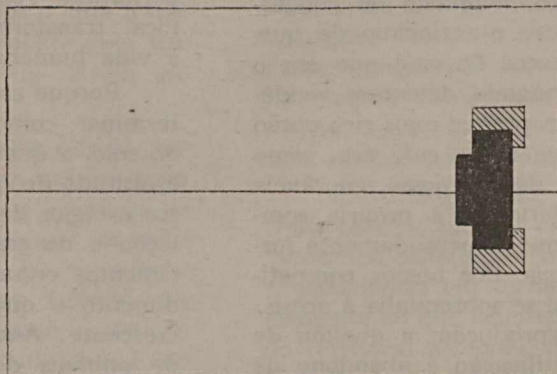
O progresso da máquina veio acompanhado com os da biologia, da química e da agronomia, permitindo realizar, no domínio da matéria orgânica, transformações que interessam sobremodo à vida humana.

Porque assim acontece, a agronomia pode determinar, como determina, a composição química do solo, a quantidade de água, calor, luz, latitude e altitude de que cada planta necessita nos diversos estágios de sua vegetação. Os métodos de seleção e de cruzamento resultantes dêsses conhecimentos criam novas formas vegetais, cujo rendimento e qualidade vão sempre em progressão crescente. Assim acontece também com a criação de animais domésticos: cavalo, boi, porco, cão etc., de modo que se obtenham, com preços reduzidos, serviços os mais perfeitos.

Mato-Grosso povoado, caminhando pois para o período da civilização agrícola, não poderá prescindir dêsse progresso científico-econômico que ora se dilui em escassas estações experimentais mantidas pelo governo da União, fazendo-se mister não só multiplicá-las pelas suas regiões típicas de produção, como aparelhá-las devidamente para



# SITUAÇÃO E PROJETO DE RESIDÊNCIAS ECONÔMICAS



*Frederico Augusto*  
1950



o cumprimento de suas finalidades, na ausência das quais elas só existem como ônus orçamentário, sem proveito para ninguém.

Um economista escreveu que a ciência se vai pondo a serviço das exigências dos tempos e é necessário que assim o seja, porque só construímos sob o estímulo das necessidades. Se na Alemanha um hectare produz 22 quintais de trigo, e na Argentina, somente 9, a causa está na diferença de intensidade científica nos processos culturais dos dois países.

---

Um plano de colonização nos moldes por que foram aqui propostos, poderá, desde logo, sofrer a restrição de que sua exequibilidade deva restringir-se a prévio inventário dos recursos previstos para sua execução; isso dentro da estimativa da arrecadação que deveria provir da lei de que deverão originar-se êsses mesmos recursos.

Acontece, entretanto, que qualquer planejamento jamais se processará sem o fator homem, instrumento maior e insubstituível da produção.

Dessa sorte, seria inadmissível alhear-nos dos problemas da colonização das terras de Mato-Grosso, mal e desordenadamente exploradas por uma escassa população rural, esta mesma com a

aptidão exclusiva e única da peonagem. Os que habitam os centros povoados, com exclusão dos agentes do Estado só se ocupam da economia do mercado, constituindo a classe dos negociantes e intermediários, cuja proliferação é, de si mesma, um sintoma decisivo e marcante das populações onde quase tôdas as utilidades consumidas dependem da importação.

Ora, não será com o trabalho dessas duas classes que se poderá planejar a economia da produção, mesmo se se quisesse crer na hipótese de que o planejamento em vista tivesse a finalidade de converter a sociedade atual de Mato-Grosso em um tipo mais igualitário.

Mas, estamos planejando sua produção e daí a impossibilidade em que nos encontramos de nos apoiar em quantidades físicas, reduzidas a dinheiro e, em conseqüência, nos decidimos pela esquematização dos termos de unidades de valor econômico. Em síntese, o planejamento, como o que nos foi dado alvitrar, não pode envolver o estudo técnico dos processos de produção, o seu custo e sim a orientação geral que seu emprêgo dá às atividades econômicas e, mais ainda, suas repercussões sobre o rendimento, inclusive as possibilidades que tais processos podem oferecer à produção.

---

---